

Divisas	Taxa de conversão — Por € 1
Dólar de Singapura .....	2,072
Libra da Síria .....	64,692 2
Lilangeni (Suazilândia) .....	9,212 4
Coroa sueca .....	9,297 1
Baht da Tailândia .....	43,143 1
Dólar de Trinidad e Tobago .....	8,355 6
Dinar tunisino .....	1,752 60
Lira turca .....	1,874 742
Novo peso uruguaio .....	32,043
Hryvna (Ucrânia) .....	6,453 3
Rublo russo .....	33,434 7
Bolívar (Venezuela) .....	2 763,15
Zaire da República Democrática do Congo .....	712,8
Kuacha zambiano .....	5 340,84
Dólar do Zimbabwe .....	321,28

18 de Junho de 2007. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

#### Despacho (extracto) n.º 17 548/2007

Ana Maria da Silva Flores, telefonista do quadro único de vinculação do pessoal dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal auxiliar — despacho do secretário-geral de 12 de Junho de 2007 nomeando-a, mediante reclassificação, em comissão de serviço extraordinária, pelo período de seis meses, para o exercício efectivo das funções correspondentes à categoria de assistente administrativa.

27 de Junho de 2007. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

#### Despacho (extracto) n.º 17 549/2007

Rosa Maria Monteiro Morais de Cambra, assistente administrativa especialista do quadro I do pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal administrativo, a prestar serviço na Embaixada de Portugal em Luanda — despacho do secretário-geral de 27 de Março de 2007 determinando o seu regresso aos serviços internos deste Ministério, com efeitos a partir de 28 de Fevereiro de 2007.

4 de Julho de 2007. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

#### Despacho (extracto) n.º 17 550/2007

António Pedro Rodrigues da Silva, primeiro-secretário de embaixada do quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático — despacho do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas de 4 de Julho de 2007 nomeando-o cônsul-geral de Portugal em Luanda.

17 de Julho de 2007. — A Directora-Adjunta, *Rosa Batoréu*.

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças

#### Portaria n.º 678/2007

A Câmara Municipal da Nazaré solicitou a cessão de uma parcela de terreno com a área de 296 394 m<sup>2</sup>, situada na Mata Nacional de Valado dos Frades, para instalação da zona industrial.

Assim:

Manda o Governo, pelo Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, o seguinte:

1 — Autorizar, nos termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 97/70, de 13 de Março, a cessão a título definitivo, ao município da Nazaré, de uma parcela de terreno com a área de 296 394 m<sup>2</sup>, a destacar do prédio inscrito na matriz predial rústica de Valado dos Frades sob o artigo 2116, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça na ficha n.º 00032/070486/Valado dos Frades e registado, a favor do Estado, pela inscrição G-1.

2 — Reconhecer o interesse público da cessão uma vez que o imóvel se destina à instalação da Zona Industrial de Valado dos Frades.

3 — A presente cessão efectua-se mediante a compensação de € 2 080 000, a satisfazer da seguinte forma:

€ 1 401 000, a pagar em oito prestações semestrais, sendo a 1.ª paga no acto da assinatura do respectivo auto de cessão e as restantes acrescidas de juros, pelo diferimento do pagamento em prestações, no valor de 7 % ao ano, nos termos da Portaria n.º 602/98 (2.ª série), de 16 de Junho;

Entrega do prédio urbano sito na Rua da Subvila, na freguesia da Nazaré, descrito na Conservatória do Registo Predial da Nazaré na ficha n.º 03727/960517 e inscrito, a favor da Câmara Municipal da Nazaré, pela inscrição G-2.

4 — Esta cessão fica sujeita ao preceituado no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 97/70, de 13 de Março, revertendo o prédio à posse do Estado, sem direito a qualquer indemnização por benfeitorias realizadas, se não lhe for conferido o destino que justifica a cessão, o qual deve ocorrer no prazo máximo de dois anos.

5 — O auto de cessão deve ser celebrado no prazo máximo de 90 dias após a publicação da presente portaria.

10 de Julho de 2007. — O Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, *Carlos Manuel Costa Pina*.

### Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

#### Despacho n.º 17 551/2007

Para efeitos do n.º 2 do artigo 10.º do Código do IRC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro, reconhece-se à Fundação D. Anna de Sommer Champalimaud e Dr. Carlos Montez Champalimaud, com o número de identificação de pessoa colectiva 507131827, com sede em Lisboa, na Rua de Tierno Galvan, torre 3, piso 7, sala 701, a isenção de IRC, nos termos e com a seguinte amplitude:

Categoria B — rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários;

Categoria E — rendimentos de capitais, com excepção dos provenientes de quaisquer títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor;

Categoria F — rendimentos prediais;

Categoria G — incrementos patrimoniais.

Esta isenção aplica-se a partir de 4 de Março de 2005, data da publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 45, do despacho de reconhecimento como pessoa colectiva de utilidade pública do Primeiro-Ministro, ficando condicionada à observância continuada dos requisitos estabelecidos nas alíneas a), b) e c) do n.º 3 do artigo 10.º do Código do IRC, com as consequências, em caso de incumprimento, previstas nos n.ºs 4 e 5 desta disposição.

11 de Julho de 2007. — O Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, *João José Amaral Tomaz*.

### Direcção-Geral dos Impostos

#### Aviso (extracto) n.º 14 407/2007

Por despacho do director-geral dos Impostos de 20 de Junho de 2007, proferido nos termos dos artigos 13.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 557/99, de 17 de Dezembro, foi nomeada, em regime de substituição, no cargo de chefe de finanças, Anabela Pedrosa Ferreira de Matos, no SF de Amadora 3, por vacatura do lugar, com efeitos reportados a 31 de Maio de 2007.

25 de Junho de 2007. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

### Instituto de Informática

#### Despacho n.º 17 552/2007

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 205/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério das Finanças e da Administração Pública, designadamente do disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 33.º do mesmo diploma, foi publicado o Decreto-Lei n.º 83/2007, de 29 de Março, que define a natureza, missão, atribuição e organização interna do Instituto de Informática (II).

No desenvolvimento do Decreto-Lei n.º 83/2007, atrás referido, foi publicada a Portaria n.º 353/2007, de 30 de Março, que cria a estrutura nuclear do II e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Neste contexto, com vista a garantir o normal funcionamento do II, urge nomear os respectivos dirigentes.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição, com efeitos a partir de 28 de Junho, a assessora principal licenciada Maria Fernanda Ribeiro Matias para exercer o cargo de direcção intermédia do 1.º grau, directora de serviços de Gestão de Recursos, visto possuir o perfil adequado à prossecução dos objectivos da referida Direcção de Serviços, conforme decorre do respectivo currículo académico e profissional.

10 de Julho de 2007. — O Director-Geral, *José António Cordeiro Gomes*.

#### Nota curricular

Identificação:

Nome — Maria Fernanda Ribeiro Matias;  
Data de nascimento — 18 de Janeiro de 1949;  
Nacionalidade — portuguesa.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Economia, pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, concluída em 1977, com a média de 14 valores;

Pós-graduação em Direito da Sociedade da Informação, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, concluída em Julho de 1998.

Actividade profissional:

De 6 de Janeiro de 2003 a 31 de Março de 2007, exerceu as funções de directora de serviços de Recursos Financeiros e Materiais do Instituto de Informática;

De 18 de Junho de 2001 a 19 de Agosto de 2002, foi subdirectora-geral das Instalações e Equipamentos da Saúde, com o pelouro da gestão financeira e dos recursos humanos;

De 2 de Fevereiro de 1990 a 17 de Junho de 2001, exerceu as funções de directora de serviços dos Recursos Financeiros e Materiais do Instituto de Informática;

De 1 de Fevereiro de 1978 a 2 de Fevereiro de 2002, exerceu funções de técnica superior, primeiro no então Fundo de Fomento da Habitação e, posteriormente, no Centro de Informação Científica e Técnica da Reforma Administrativa e no Instituto de Informática;

Participou, como representante do Instituto de Informática junto da Inspeção-Geral de Finanças, no grupo de trabalho para reformulação da contabilidade autárquica;

Integrou a estrutura de compras electrónicas do Ministério das Finanças;

Ingressou na função pública em 3 de Agosto de 1967;

Detém a categoria de assessora principal, do quadro de pessoal do Instituto de Informática, desde 6 de Dezembro de 1993.

Formação profissional — da formação profissional adquirida destaca-se:

Curso de formação de estagiários para técnicos superiores de informática, que se realizou no Instituto de Informática de 4 de Outubro a 13 de Dezembro de 1988;

Programa para Top Management, promovido pelo CEGE — Centro de Estudos de Gestão do Instituto Superior de Economia e Gestão, em Outubro de 1995;

Programa de Gestão para Dirigentes do Instituto de Informática, realizado em Outubro e Novembro de 1996;

Programa INOVA — Investir em Novos Objectivos para a Valorização da Administração, promovido pela Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, tendo integrado várias acções de formação para dirigentes, o qual decorreu de 22 de Fevereiro a 30 de Junho de 1999, com a duração de noventa e duas horas;

Gestão estratégica, promovido pelo INA, de 23 de Outubro a 3 de Dezembro de 2006.

#### Despacho n.º 17 553/2007

Na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 205/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério das Finanças e da Administração Pública, designadamente do disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 33.º do mesmo diploma, foi publicado o Decreto-Lei n.º 83/2007, de 29 de Março, que define a natureza, missão, atribuições e organização interna do Instituto de Informática (II).

No desenvolvimento do Decreto-Lei n.º 83/2007, atrás referido, foi publicada a Portaria n.º 353/2007, de 30 de Março, que cria a estrutura nuclear do II e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Neste contexto, com vista a garantir o normal funcionamento do II, urge nomear os respectivos dirigentes.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de substituição, com efeitos a partir de 28 de Junho, a especialista de informática do grau 3, nível 2, licenciada Maria Manuela Paiva Leamaro, para exercer o cargo de direcção intermédia do 1.º grau, directora de serviços de Arquitectura, Segurança e Qualidade, visto possuir o perfil adequado à prossecução dos objectivos da referida Direcção de Serviços, conforme decorre do respectivo currículo académico e profissional.

10 de Julho de 2007. — O Director-Geral, *José António Cordeiro Gomes*.

#### Nota curricular

Maria Manuela Paiva Leamaro, especialista de informática do grau 3, nível 2, no Instituto de Informática do MFAP.

Formação:

Licenciatura em Estudos Anglo-Americanos, pela Universidade Clássica de Lisboa, concluída em Julho de 1978, com a média final de 14 valores;

Formação intensiva em informática, seguida de estágio probatório, em que foram leccionadas matérias relacionadas com sistemas de exploração, análise de sistemas, comunicações, análise funcional e orgânica, linguagens de programação, com a duração de nove meses e ministrada pelo Instituto de Informática do Ministério das Finanças;

Formação na área de informática, sendo de destacar «Bases de dados relacionais — Da concepção à implementação» (Instituto de Informática, 1990), «Metodologia Yourdon» (Instituto de Informática, 1986), «Metodologia SUM» (Unisys, 1988), «RDMS» (Unisys, 1991), *workshop* «BW Data Warehousing», Fevereiro de 2007, SAP-Portugal, *workshop* «BW Reporting & Analysis», Março de 2007, SAP-Portugal, «Business Plan and Simulation (BPS)», Março de 2007, SAP-Portugal, *workshop* «SAP BW Based Consolidation», Março, SAP-Portugal, e «DEA (Data Envelopment Analysis)», Fevereiro de 2006, Instituto de Informática.

Experiência profissional:

Responsável, desde Março de 2007, pela coordenação da equipa da etapa central do Projecto RIGORE (Rede Integrada de Gestão dos Recursos do Estado), que pretende desenvolver e implementar em toda a Administração Pública uma solução de POCP, suportada em plataforma SAP;

Directora de serviços do Instituto de Informática, de 1997 a Setembro de 2006, coordenando uma área especializada em planeamento estratégico de sistemas de informação, com intervenção ao nível da coordenação de SI/TI do Ministério das Finanças e Administração Pública;

Liderou a equipa que concebeu e construiu a metodologia MAIS (Metodologia de Avaliação de Investimentos), destinada à avaliação *ex ante* de investimentos em SI/TI, compreendendo três dimensões de análise — estratégica, financeira e de risco —, bem como a análise global e integrada destas dimensões, face à natureza e importância estratégica do projecto em análise;

Responsável pela definição e lançamento das bases do Projecto de Pré-Qualificação de Fornecedores de Sistemas e Tecnologias de Informação, 2001;

Foi membro do conselho executivo da qualidade do Instituto de Informática;

Exerceu funções de auditora técnica e posteriormente de auditora coordenadora para as normas da série ISO 9000, no âmbito do Sistema Português da Qualidade;

De 1988 a 1992, exerceu as funções de directora de serviços de Informática do Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola, sendo responsável pela implementação do respectivo Centro de Informática.

Outras actividades:

Delegada nacional ao Comité TAC (Telematics between Administrations), de 1996 a 2004, tendo igualmente, a pedido da REPER, representado Portugal nas negociações, ao nível do Conselho Europeu, para a aprovação das directivas relativas ao IDAII e IDABC;

Participou no grupo de trabalho de *e-procurement* da Comissão Europeia (DG Enterprise);

Integrou a *task force* compras electrónicas, criada no contexto da UMIC, em representação do Ministério das Finanças;

Integrou o Comité de Gestão e o Comité Director do Projecto MAPP (Modelos de Avaliação em Processos de Procurement de Aplicações à medida), 2000-2001;

Participou na *task force* diagnóstico e plano, criada no contexto da UMIC (Unidade de Missão para a Inovação e Conhecimento),